

**Ata 235ª Reunião Extraordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – Mandato 2023/2025**

Aos dezesseis dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e quatro, o conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA reuniu na Secretaria de Desenvolvimento Social Localizada na Rua Dr. Alberto Woods Soares, 143 – Dona Luisinha, as 13h, para a sua ducentésima trigésima quinta reunião, contando com a presença dos Conselheiros: Aureliane de Souza Fonseca, Ana Lúcia da Silva, Fátima Aparecida Alcântara, Fabiana Cristina Vimieiro Pimenta, Filipe Nolasco Pedrosa, Gustavo de Goffredo Costa dos Santos, Maria Luísa Rosa, Renato Luiz Barbosa, Roselene das Graças Azevedo, como observadores: Amanda Silva, Bruna D'Angelo Melo Couto, Débora Francisca Costa Aguiar Duarte Figueiredo, Hermínia Maria Gonçalves Lima, Iris Lopes Silva Moraes, Leandro Henrique Muniz Dantas, Thalyta Luiza Mata de Moura, Wesley Basílio Lima. Vitória Latorze de Carvalho. O vice Presidente Filipe Nolasco Pedrosa iniciou a reunião cumprimentando e agradecendo a presença de todos e concedeu a palavra a secretaria Municipal de Planejamento Orçamentário, Débora Francisca Costa Aguiar, a mesma informa que esta participando da reunião plenária na condição de representante designada da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, substituindo a sra. Rosilene do Carmo Cardoso, que se encontra em período de férias. Continuando, Débora informa que a reunião tem como intuito alinhar informações referentes ao Edital de Chamamento Público nº 004/2023, explicou, como a legislação é aplicada para que todos tomem ciência em relação as questões orçamentárias. Fez um resgate de como era a forma de repasse para as Organizações antes da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 referente ao Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil-MROSC, lembrou que o tribunal de contas trabalha em conformidades com o Governo Federal e normas Nacionais. Na sequência, Débora fala que não é interessante que o recurso fique parado em conta, no entanto, precisa das adequações solicitadas, informou que o preenchimento da planilha mesmo não fazendo parte do Edital 004/2023, se faz necessário. Continuando, faz uma alerta para que todas as organizações tenham cuidado com a execução das parcerias, e cita que não é correto que em alguns projetos sociais tenha colaboradores recebendo menos que salário-mínimo, e isso é ir contra as resoluções do Ministério do trabalho e Constituição Federal, lembrou sobre a fiscalização principalmente no ano eleitoral e que desde o primeiro dia de janeiro desse ano corrente, a Lei eleitoral nº 9.504 Parágrafo 10 Artigo 73, já está valendo para todos inclusive para a Prefeitura Municipal de Itabirito principalmente sobre a forma de repasse de recursos. Continuando, pontua que a Prefeitura trabalha com muito dinheiro em fluxo de caixa e precisa-se sim acompanhar como os recursos

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*  
Vitória Latorze de Carvalho  
R. Azevedo

*[Handwritten signature]*  
Fátima Alcântara


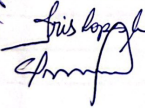





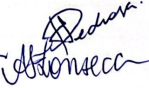
*[Handwritten signature]*  
Viviane F. Silva

tem sido utilizados e que quando assumiu a Secretaria de Planejamento e Orçamento observou que era feito valor alto de anulação de empenhos, ressalta que pode ser a forma de trabalhar que estava equivocada, empregava muitos recursos para execução de um serviço e outros ficavam a desejar. Atualmente, as organizações de acolhimento estão recebendo aproximadamente R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) para custear os serviços de acolhimento institucionais e afirma que a obrigação de direcionar do 0,4% dos impostos ao orçamento para esse fim não chega a 2 milhões, então o complemento é com recurso próprio. Informa que os profissionais que são liberal ou contratado CLT, o CPF e CNPJ da entidade, tem que cumprir normas tributárias e fiscais como toda empresa, e orientou as OSC a pagar um bom contador. Na oportunidade, parabeniza a organização Libre Cantare pelo retorno no CMDCA, informa ainda que as organizações que já fizeram as correções deverão encaminhar para a Thalyta realizar os tramites necessários para o repasse. Para as OSC que estão com dificuldade estará a disposição para orientar assim como a equipe da Secretaria de Desenvolvimento Social, e pergunta se alguém tem alguma dúvida para esclarecimento. Thalyta informa que na planilha consta alguns itens genéricos como água e luz. Débora explica como as Osc terão dificuldade de uma clara mensuração e fracionamento entre projetos, lembrou que a Prefeitura faz repasse de subvenção para pagar pequenas despesas, o ideal seria deixar os referidos gastos para o plano de trabalho referente ao recurso da subvenção. Alerta que tem OSC que tem inscrição no CMDCA ou CMAS, no entanto não realiza nenhum projeto voltado para criança e adolescente com deficiência e no plano de trabalho tendo proposta como compra de cadeiras de rodas. Informa que o Setor Jurídico está a disposição para casos de dúvidas em relação as propostas, mas pede que as OSC tenha coerência ao elaborar as propostas de trabalho sendo dentro do contexto do serviço da mesma. Assim, as OSC estando trabalhando em conformidades e de forma transparente para acompanhamento de qualquer órgão, seja judiciário, executivo ou legislativo. Na sequencia Débora sugeriu que as OSC com ajuda do contador de cada entidade finalize a planilha e deixou marcado a entrega das correções 18 de janeiro de 2024(quinta -feira) para que a comissão possa avaliar até dia 23 de janeiro de 2024 para o andamento do processo e liberação do recurso. Dando continuidade, Ana Lúcia pergunta sobre a emenda impositiva, informando que a organização na qual faz parte, é voltado para o esporte, no entanto a OSC não tem piscina. E os mesmos pretende contratar uma prestadora de serviço para aula de natação, e perguntou se seria possível executar o serviço com o recurso da Emenda Impositiva. Débora pontua que no seu entendimento a OSC estaria levando uma demanda para um terceiro executar, como a OSC vai trabalhar um projeto dentro de uma prestação de serviço e orienta a organização procurar o setor jurídico. A conselheira Fátima

*Thalyta*  
*Debora*  
*Fátima*  
*Ana Lúcia*  
*Adriana*  
*Luciana*  
*Carla*  
*Patrícia*



Alcantara, informa que estar tendo dificuldade para finalizar a planilha devido a divergência no que tange os encargos de previdência, FGTS ,PIS, e funcionários CLT. Débora informa que a planilha foi desenvolvida para doze meses e se o projeto for menos,terão que verificar com o contador para fazer os cálculos considerando o período de trabalho e encargos. Débora novamente alerta as organizações para se atentarem a salário a ser pago, visto que, não tem possibilidade de equiparar ao salário do servidor público de carreira, lembrando que algumas carreiras possuem piso nacional, e as OSC tem regime diferente. Filipe pontua que o atraso foi devido a planilha, que inclusive não constava em Edital, lembrou que o mesmo passou pelo crivo de várias secretarias e não se foi pensado na inclusão da planilha e após foi exigido a entrega da documentação, lembrou que as Entidades estão sempre cumprindo os prazos e nem sempre a Prefeitura cumpre. Débora fala que a Prefeitura tem feito o possível para cumprir os prazos, lembrou que a atualização da secretaria Nacional do tesouro, aconteceu no dia 29 de dezembro de 2023, sendo o último dia efetivo do ano onde nem banco funcionou, foi realizado uma alteração no sistema contábil no Brasil inteiro, lembrou que o sistema do SICON modifica quase todos os dias, informatizando e trazendo a mesma forma de trabalhar do governo do Estado,e que ainda requer um bom trabalho. A mesma assume que parte do equívoco pode ter sido do executivo, mas a intenção é de trazer melhorias e buscando uma melhor forma de execução do trabalho e se desculpa em nome do Poder Público. Dando continuidade,Thalyta reforça que a comissão de avaliação e seleção de projetos foi toda modificada e não tiveram um correto entendimento quanto a análise do plano de trabalho bem como a planilha financeira. Débora pede uma compreensão a todos e informa que a primeira parcela é fevereiro e pede para as OSC fazer as adequações necessárias. Sem mais nada a tratar, o vice presidente Filipe Nolasco encerrou a reunião às 16h 36 min agradecendo a participação de todos, sendo lavrada a presente ata que após lida e aprovada será por todos assinada.


 Vitoria L. de Lamalha  

 Filipe Nolasco  

 Débora  

 Filipe Nolasco  

 Thaiza  

 Vancel  

 Thaiza  

 Thaiza